

balho, vemos como os portugueses tiveram que interagir com um mundo que já tinha categorias operativas antes de sua chegada. Não fora isto, não teria existido uma sociedade escravocrata paulista.

Bastante provocativa é a abordagem do autor, ao situar o lugar social dos bandeirantes e o sentido das fugas dos indígenas. Ao tocar nestes dois temas, Monteiro abala mitos que estão arraigados na nossa construção de identidade nacional. Os bandeirantes não foram heróis civilizadores, intermediários na venda de escravos para o litoral açucareiro. Eles tinham origem agrária e sua atividade era voltada basicamente para o desenvolvimento da economia do planalto.

A fuga dos nativos não representou a volta ao mundo tribal. Levados pelo anseio de liberdade e pelo sentimento de se reunirem aos parentes, os indígenas empreendiam suas fugas principalmente como ações individuais e tinham como destino outras fazendas. A fuga representava, contraditoriamente, a sua integração ao mundo colonial, possibilidade que lhes restou após a destruição do seu mundo originário.

A análise das relações entre a Coroa, os colonos e os jesuítas, fornece elementos para aprofundar a reflexão sobre o tema clássico, "Estado e sociedade no Brasil". As flagrantes cisões no bloco dirigente – autoridades civis, colonos e missionários – afirmam a heterogeneidade estrutural da classe dominante. Por outro lado, as ações vigorosas implementadas pelos colonos na busca de garantir seus interesses questionam a tese da criação da sociedade civil pelo Estado.

Outro aspecto que vale a pena ressaltar é a importância das instituições coloniais, particularmente a proeminência das Câmaras Municipais e a recorrência à justiça, não só por parte dos colonos como também dos nativos.

A par de tudo isso, o autor se reporta às origens da pobreza rural na sociedade paulista, confirmando a antiguidade da distribuição desigual da riqueza, vinculada ao acesso desigual às forças de produção, principalmente o trabalho indígena.

Definitivamente, *Negros da Terra* é um livro audacioso, mas extremamente criterioso. Ao reunir estas duas qualidades, é um daqueles livros que nos deixa com a certeza de que uma outra história do Brasil começa a ser contada.

Cantores do Rádio – a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico do seu tempo

MARIA SULAMITA DE ALMEIDA VIEIRA

(Professora da UFC e aluna do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na mesma universidade).

O autor nos conduz a um riquíssimo passeio, que tem início ainda na década de 40, pelo "mundo da malandragem" e vai até o final dos anos 50, recuperando a memória histórica do admirável trajeto dos cantores do rádio, mostrando as barreiras que se interpunham na vida do malandro, apontando também dificuldades enfrentadas pelo malandro pobre e preto, traçando perfis de valiosos artistas que se projetaram através do rádio, num processo de interação intensa com a sociedade, através dos seus milhões de fãs.

Lenharo concebe a malandragem como "espaço de luta, pela vida, pela cor, pela identidade cultural do malandro. A malandragem é a sua sobrevivência" (p. 33).

Pelo caminho, nos mostra também o circo, espaço graças ao qual muitos artistas superavam a inibição e, principalmente, se tornavam conhecidos no meio popular. Depois, aponta para velhos cassinos, fechados a partir de 1946, por ordem do então Presidente Dutra, em consequência do que aconteceram grandes mudanças no meio artístico carioca. Assim, bailarinos e bailarinas, orquestras e cenários foram levados do cassino da Urca para a Praça Tiradentes, ocasião em que surgiu o teatro de revista.

No percurso, o autor vai nos falando também de razões que contribuíram para o sucesso de cantores; relembra músicas carnavalescas dos anos 50, destacando a beleza de suas letras e a facilidade de que o povo tinha de apreendê-las (p. 67).

Fala de como a revista, a chanchada, o circo e o rádio traziam o cotidiano do homem comum para o palco. Refere-se às precárias condições em que o cinema era produzido, via Atlântida, enfatizando, ao mesmo tempo, o papel desse espaço na vida profissional de cada um dos artistas. Chama a atenção para o cinema como possibilidade de "reatualização de experiências de camadas inteiras da população", citando, a propósito, Grande Otelo, Oscarito e Zé Trindade (p. 118).

Diante da Rádio Nacional, Lenharo nos remete à importância desta para a carreira dos artistas no início dos anos 50, quando era

considerada a emissora de maior audiência no país. Para o autor, esse foi o período de apogeu do rádio no Brasil. Oportunamente, refere-se à “força de convencimento e sedução” do rádio, à medida em que estabelecia também uma “saudável cumplicidade com o público de casa”. E lembra que os programas em boa parte diziam respeito ao dia-a-dia das pessoas, particularizando os migrantes, para quem o rádio funcionava como uma espécie de “central de socialização”, levando-lhes “aspectos da vida urbana”, difundindo costumes, visões de mundo, etc (p. 136). Para muitos, passava a ser mesmo uma companhia diária, além de “trazer a cada um o mundo em sua casa”.

E, no caso da Rádio Nacional, o que a tornava imbatível, diz Lenharo, era o “leque de alternativas” apresentado em termos de programação ao ouvinte, sendo que “o grande chamariz vinha de sua constelação de cantores-estrelas, um exército de profissionais” (p. 137). Para ele, “a Nacional acertava a vida artística de qualque um”. Tomando especificamente a situação de Jorge Goulart e Nora Ney, que atendiam a uma demanda razoável no Sudeste e Nordeste do Brasil, além de Buenos Aires, procura mostrar que, para os artistas em geral, o mais importante era o palco e os corredores da emissora, que lhes proporcionavam o contato com os colegas e, principalmente, com os fãs. O número de cartas que estes enviavam constituía-se em dado muito significativo, para o artista e para a emissora. Lenharo lembra o “jogo lúdico e ambíguo”, acentuado pelos grupos de fãs (fãs-clubes). “Participar ativamente da vida do rádio, frequentar programas de rádio e os corredores das emissoras, integrar fã-clubes, permitia ao cidadão comum partilhar de bens simbólicos de tanta eficácia e acessibilidade quanto as dos bens materiais” (p. 166).

No interior das emissoras, quase sempre tomando Jorge Goulart e Nora Ney como referência, o autor vai nos mostrando, com detalhes, as condições em que trabalhavam; vai falando sobre o clima de solidariedade que se construía, o prazer com que se entregavam ao trabalho, ao mesmo tempo sem esquecer as disputas internas, a luta para conseguirem um contrato de trabalho, as incertezas vividas na profissão, enfim, o cotidiano artístico num tempo em que ser artista parecia, muitas vezes, colocar-se na “marginalidade”, no que pese toda a força vinda dos fãs. Além disso, o autor nos proporciona uma volta pelos caminhos da boemia, sobretudo na noite, pelas boates e bares do Rio de Janeiro.

Lenharo nos fala, por fim, da “decadência dos artistas do rádio”, e do próprio rádio, iniciada na segunda metade dos anos 50,

quando se configura desigual a luta no processo de enfrentamento com a televisão e a bossa nova. E focaliza, particularmente, a situação dos dois personagens centrais do livro.

Para chegar a esse volume de trezentas páginas, conforme as próprias palavras do autor, “foram anos de trabalho na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional” e várias outras instituições, além de arquivos particulares, das lembranças e da realização de entrevistas. O livro traz também um bonito “álbum fotográfico”.

Assim, para analisar a trajetória artística de Jorge Goulart e Nora Ney, que, dentre outras coisas, enfrentaram preconceitos, perseguições políticas, censura, euforia nacionalista – herança da política ditatorial de Getúlio, cultivada no pós-guerra e depois revigorada no segundo governo Vargas – Lenharo nos vai mostrando a longa estrada e misteriosas veredas percorridas pelos dois, bem como os obstáculos que tiveram que enfrentar estes e outros artistas da época.

306 páginas. Alcir Lenharo. Editora da Unicamp. São Paulo, 1995¹

¹ Esta resenha foi escrita em janeiro de 1996, ocasião em que o vol. XXIV da Revista, correspondente ao ano de 1993 estava saindo da Imprensa Universitária. Portanto, explica-se assim porque um livro publicado no ano de 1995 possa ser comentado em periódico datado de 1994.